

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A QUEBRA DRAMÁTICA NO PODER DE COMPRA TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (professores entre -15,1% e -19,8%, médicos -19,9%, etc.), UMA RAZÃO PARA A SUA LUTA, E A INCAPACIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ATRAIR TRABALHADORES QUALIFICADOS COM BAIXAS REMUNERAÇÕES, O QUE ESTÁ A DESTRUÍ-LA

Numa altura em que centenas de milhares de professores, médicos, enfermeiros e muitos outros trabalhadores das Administrações Públicas lutam pelos seus direitos, contra a degradação das suas condições de vida causada por uma perda dramática do poder de compra das suas remunerações, e por melhores condições de trabalho para poderem servir melhor a população e o país, interessa mostrar com objetividade a que estado chegou a Administração Pública como consequência da ação de sucessivos governos nomeadamente a partir de 2011. E isto para que a opinião pública compreenda melhor as razões da luta atual destes trabalhadores. Vamos utilizar, para não sermos acusados de parcialidade, os últimos dados referentes às remunerações base médias dos trabalhadores das Administrações Públicas divulgados pela Direção Geral da Administração Pública (DGAEP) do próprio governo, em 27/1/2023.

ENTRE 2011 E 2021, O PODER DE COMPRA DAS REMUNERAÇÕES LÍQUIDAS DOS TRABALHADORES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS REDUZIU-SE, EM MÉDIA, 12,2%, MAS AS DOS PROFESSORES DIMINUIU ENTRE 15,1% E 19,3%, E AS DOS MÉDICOS 19,9%

Os dados do quadro 1 que foram utilizados nos cálculos são os divulgados pelo próprio governo (remunerações base médias ilíquidas de 2011 e 2022 das diferentes categorias, respetivamente, coluna 1 e 10 do quadro seguinte)

Quadro 1- Remunerações medias mensais ilíquidas e líquidas, e evolução o poder de compra entre 2011 e 2022

CARGO / CARREIRA / GRUPO	2011 Remuneração base média ilíquida sem cortes (igual à de jul.2014 em que cortes eliminados por decisão Tribunal Constitucional) (1)	DESCONTOS EM 2021			2011 Remuneração base líquida (5) = 1 - (2+3+4)	2022 Remuneração base média ilíquida em out.2022 (6)	DESCONTOS EM 2022			2022 Remuneração base média líquida em 2022 (10) = (6) - (7+8+9)	2022 Remuneração base média líquida de 2011 (deduziu-se o aumento de preços entre 2011 e 2022) (11)	VARIACÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LÍQUIDA ENTRE 2011 E 2022 (12)
		IRS (2)	CGA/SS (3)	ADSE (4)			IRS (7)	CGA/SS (8)	ADSE (9)			
TOTAL	1 445 €	202 €	159 €	22 €	1 062 €	1 567 €	257 €	172 €	55 €	1 083 €	932 €	-12,2%
Dirigente superior:	3 901 €	995 €	429 €	59 €	2 419 €	3 911 €	1 154 €	430 €	137 €	2 190 €	1 885 €	-22,1%
Dirigente superior de 1.º grau	4 061 €	1 076 €	447 €	61 €	2 477 €	4 099 €	1 209 €	451 €	143 €	2 295 €	1 975 €	-20,3%
Dirigente superior de 2.º grau	3 798 €	968 €	418 €	57 €	2 355 €	3 797 €	1 120 €	418 €	133 €	2 126 €	1 830 €	-22,3%
Dirigente intermédio:	2 671 €	601 €	294 €	40 €	1 736 €	2 677 €	675 €	295 €	94 €	1 615 €	1 389 €	-20,0%
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 199 €	784 €	352 €	48 €	2 016 €	3 218 €	914 €	354 €	113 €	1 838 €	1 581 €	-21,5%
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 664 €	599 €	293 €	40 €	1 732 €	2 725 €	687 €	300 €	95 €	1 643 €	1 414 €	-18,3%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	1 959 €	362 €	216 €	29 €	1 352 €	2 074 €	444 €	228 €	73 €	1 329 €	1 144 €	-15,4%
Técnico superior	1 677 €	260 €	184 €	25 €	1 207 €	1 675 €	296 €	184 €	59 €	1 135 €	977 €	-19,1%
Assistente técnico/administrativo	913 €	64 €	100 €	14 €	735 €	945 €	81 €	104 €	33 €	727 €	625 €	-14,9%
Assist. operacional/operário/auxiliar	613 €	12 €	67 €	9 €	524 €	734 €	25 €	81 €	26 €	603 €	519 €	-1,0%
Informático	1 737 €	287 €	191 €	26 €	1 233 €	1 816 €	350 €	200 €	64 €	1 202 €	1 034 €	-16,1%
Magistrado	4 521 €	1 198 €	497 €	68 €	2 758 €	5 226 €	1 672 €	575 €	183 €	2 796 €	2 406 €	-12,8%
Diplomata	2 466 €	530 €	271 €	37 €	1 627 €	2 501 €	610 €	275 €	88 €	1 528 €	1 315 €	-19,2%
Pessoal de investigação científica	3 323 €	814 €	366 €	50 €	2 093 €	2 676 €	674 €	294 €	94 €	1 613 €	1 388 €	-33,7%
Docente ensino universitário	3 558 €	907 €	391 €	53 €	2 206 €	3 672 €	1 083 €	404 €	129 €	2 056 €	1 769 €	-19,8%
Docente ensino superior politécnico	2 925 €	687 €	322 €	44 €	1 872 €	3 101 €	881 €	341 €	109 €	1 771 €	1 524 €	-18,6%
Educ.infância e doc. ens. básico/sec.	2 056 €	380 €	226 €	31 €	1 419 €	2 216 €	494 €	244 €	78 €	1 400 €	1 205 €	-15,1%
Pessoal de inspeção	2 148 €	419 €	236 €	32 €	1 461 €	2 244 €	525 €	247 €	79 €	1 394 €	1 199 €	-17,9%
Médico	2 772 €	651 €	305 €	42 €	1 774 €	2 738 €	690 €	301 €	96 €	1 651 €	1 421 €	-19,9%
Enfermeiro	1 342 €	174 €	148 €	20 €	1 000 €	1 478 €	242 €	163 €	52 €	1 021 €	879 €	-12,1%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 258 €	151 €	138 €	19 €	950 €	1 442 €	236 €	159 €	50 €	996 €	857 €	-9,8%
Técnico superior de saúde	1 887 €	330 €	208 €	28 €	1 321 €	1 887 €	0 €	208 €	66 €	1 613 €	1 388 €	5,1%
Administração tributária e aduaneira	1 890 €	331 €	208 €	28 €	1 323 €	2 162 €	482 €	238 €	76 €	1 367 €	1 176 €	-11,1%
Conservador e Notário	3 649 €	930 €	401 €	55 €	2 262 €	4 322 €	1 344 €	475 €	151 €	2 351 €	2 023 €	-10,6%
Oficial dos registos e do notariado	1 917 €	335 €	211 €	29 €	1 342 €	2 001 €	428 €	220 €	70 €	1 283 €	1 104 €	-17,7%
Oficial de justiça	1 437 €	201 €	158 €	22 €	1 056 €	1 503 €	247 €	165 €	53 €	1 039 €	894 €	-15,3%
Forças Armadas	1 152 €	115 €	127 €	17 €	893 €	1 346 €	206 €	148 €	47 €	945 €	813 €	-8,9%
Polícia Judiciária	1 857 €	325 €	204 €	28 €	1 300 €	2 152 €	480 €	237 €	75 €	1 360 €	1 170 €	-10,0%
Polícia de Segurança Pública	1 372 €	178 €	151 €	21 €	1 022 €	1 541 €	253 €	169 €	54 €	1 065 €	916 €	-10,4%
Guarda Nacional Republicana	1 385 €	180 €	152 €	21 €	1 032 €	1 593 €	282 €	175 €	56 €	1 080 €	929 €	-9,9%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 142 €	418 €	236 €	32 €	1 456 €	2 121 €	473 €	233 €	74 €	1 340 €	1 153 €	-20,8%
Guarda prisional	1 027 €	82 €	113 €	15 €	816 €	1 166 €	206 €	128 €	41 €	790 €	680 €	-16,7%
Outro pessoal de segurança	1 083 €	97 €	119 €	16 €	850 €	1 220 €	151 €	134 €	43 €	892 €	767 €	-9,7%
Bombeiro	995 €	80 €	109 €	15 €	791 €	1 072 €	102 €	118 €	38 €	815 €	701 €	-11,3%
Polícia municipal	937 €	66 €	103 €	14 €	754 €	1 019 €	97 €	112 €	36 €	774 €	666 €	-11,6%

FONTE: Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) - SIOE - dados disponibilizados em 27-1-2023

Como revela o quadro 1, entre 2011 e 2022, o poder de compra das remunerações base médias dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) sofreu uma redução média de 12,2%. Mas há categorias profissionais em que a perda de poder de compra foi muito maior. É o caso dos professores em que redução do poder, entre 2011 e 2022, variou entre 15,1% e 19,8% e dos médicos, em que neste mesmo período, as suas remunerações médias base sofreram uma perda de poder compra de 19,9%

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

(Como é que com esta quebra de poder de compra das remunerações dos professores a escola pública poderá funcionar, e como é que se poderá atrair médicos para o SNS com esta redução dramática do seu poder de compra?). Mas existem outras categorias em que a redução de poder de compra foi também dramática. Por ex., a dos dirigentes da Administração a perda de poder de compra para alguns graus foi superior a 20%, a do pessoal de investigação científica atingiu -33,7% (por aqui se vê na prática a reduzida importância que o governo dá à investigação e inovação), a dos oficiais dos registos e notariados -17,7%, a de os oficiais de justiça a perda atingiu -15,3%. Para as restantes categorias a perda de poder foi também grande e generalizada porque atingiu todos os cargos e categorias profissionais como revelam os dados do quadro 1. Tenha-se presente que são remunerações base médias dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) e que entre elas há grandes diferenças (por ex. a remuneração base média ilíquida da Administração Local é muito inferior à da Administração Central, ou seja, à do Estado). É evidente que esta perda significativa de poder de comprar que os trabalhadores da Função Pública sofreram, que causou uma profunda degradação das suas condições de vida, teria de ter pelo menos duas consequências: (1) A revolta dos trabalhadores, o que está a suceder; (2) Uma degradação do funcionamento da Administração Pública o que é agravado pela falta de investimento (em 2022, dos 9106 milhões € previstos em todas as Administrações Públicas apenas foi gasto 6664 milhões €, no Estado a situação ainda foi mais grave pois ficaram por aplicar 33% do previsto no OE, e no SNS apenas se aplicaram 45% dos valores do investimento previsto).

E NÃO PENSE QUE ESTA DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NÃO SE VERIFICOU NOS ÚLTIMOS ANOS, PELO CONTRÁRIO ATÉ AUMENTOU EM 2022 COMO PROVAM OS DADOS DO GOVERNO (DGAEP)

Quadro 2- Variação do poder de compra das remunerações base médias ilíquidas entre 2021 e 2022

CARGO / CARREIRA / GRUPO	outubro 2021	outubro 2022	Remunerações medias de 2022 a preços de 2021 (deduzido o aumento de preços entre 2021 e 2022)	diminuição do poder de compra das remunerações base médias ilíquidas (antes de descontos) entre 2021 e 2022
TOTAL (Administração Pública Central, Local e Regional)	1 540 €	1 567 €	1 452 €	-5,7%
Representantes do poder legislativo (a)	2 692 €	2 684 €	2 488 €	-7,6%
Dirigente superior:	3 817 €	3 911 €	3 625 €	-5,0%
Dirigente superior de 1.º grau	4 026 €	4 099 €	3 799 €	-5,7%
Dirigente superior de 2.º grau	3 689 €	3 797 €	3 519 €	-4,6%
Dirigente intermédio:	2 668 €	2 677 €	2 481 €	-7,0%
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 203 €	3 218 €	2 983 €	-6,9%
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 708 €	2 725 €	2 525 €	-6,7%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	2 064 €	2 074 €	1 922 €	-6,9%
Técnico superior	1 652 €	1 675 €	1 552 €	-6,0%
Assistente técnico/administrativo (b)	935 €	945 €	876 €	-6,3%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	709 €	734 €	680 €	-4,0%
Informático	1 798 €	1 816 €	1 683 €	-6,4%
Magistrado	5 169 €	5 226 €	4 843 €	-6,3%
Diplomata (d)	2 420 €	2 501 €	2 318 €	-4,2%
Pessoal de investigação científica	2 607 €	2 676 €	2 480 €	-4,9%
Docente ensino universitário	3 623 €	3 672 €	3 403 €	-6,1%
Docente ensino superior politécnico	3 193 €	3 101 €	2 874 €	-10,0%
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 197 €	2 216 €	2 054 €	-6,5%
Pessoal de inspeção	2 221 €	2 244 €	2 080 €	-6,4%
Médico	2 735 €	2 738 €	2 537 €	-7,2%
Enfermeiro	1 451 €	1 478 €	1 370 €	-5,6%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 311 €	1 442 €	1 336 €	1,9%
Técnico superior de saúde	1 880 €	1 887 €	1 749 €	-7,0%
Administração tributária e aduaneira	2 080 €	2 162 €	2 004 €	-3,7%
Conservador e Notário	4 053 €	4 322 €	4 006 €	-1,2%
Oficial dos registos e do notariado	1 992 €	2 001 €	1 855 €	-6,9%
Oficial de justiça	1 473 €	1 503 €	1 393 €	-5,4%
Forças Armadas	1 315 €	1 346 €	1 248 €	-5,1%
Polícia Judiciária	2 080 €	2 152 €	1 994 €	-4,1%
Polícia de Segurança Pública	1 468 €	1 541 €	1 428 €	-2,7%
Guarda Nacional Republicana	1 527 €	1 593 €	1 476 €	-3,3%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 022 €	2 121 €	1 965 €	-2,8%
Guarda prisional	1 137 €	1 166 €	1 080 €	-5,0%
Outro pessoal de segurança	1 223 €	1 220 €	1 131 €	-7,5%
Bombeiro	1 069 €	1 072 €	994 €	-7,0%
Polícia municipal (e)	1 029 €	1 019 €	944 €	-8,2%
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (Estado)	1 671 €	1 699 €	1 574 €	-5,8%
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	1 443 €	1 505 €	1 394 €	-3,4%
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL MADEIRA	1 573 €	1 591 €	1 475 €	-6,2%
TOTAL - ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1 032 €	1 060 €	982 €	-4,8%

Entre 2021 e 2022, as remunerações base ilíquidas, portanto antes de deduzir os descontos, dos trabalhadores de toda a Administração Pública, diminuíram em -5,7%, sendo -5,8% na Administração Central (Estado); -3,4% na A.R. dos Açores; -6,2% na A.R. da Madeira e -4,8% na Administração Local. E isto apenas num ano.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 17-2-2023

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2